

TERRA IGNOTA: Cangaço e representações dos sertões do Nordeste brasileiro na primeira metade do século XX¹.

TERRA IGNOTA: cangaço and representations of the sertões in northeast Brazil in the first half of the twentieth century.

MARCOS EDILSON DE ARAÚJO CLEMENTE.
Prof. Dr. Universidade Federal do Tocantins.
Araguaína, Tocantins, Brasil.
marceddilson@yahoo.com.br

RESUMO: Terra Ignota. A expressão clássica de Euclides da Cunha remete para a configuração sócio-econômica e cultural da região Nordeste do Brasil, em especial de sua zona sertaneja. Na primeira metade do século XX, os sertões foram objeto de intensos debates acerca de sua natureza, de sua gente, de seus costumes, de sua religiosidade. Sertão “arcaico”, “região doente”, conforme fora caracterizado e classificado segundo as teorias deterministas em voga. Este trabalho objetiva analisar aspectos do debate relacionado ao cangaço do ciclo lampiônico. Pressupomos que, à medida que se discutia publicamente as causas do cangaço, elaborava-se, ao mesmo tempo, um conjunto de representações para o sertão, para os sertanejos e para os nordestinos.

PALAVRAS CHAVE: Cangaço. Sertões. Nordeste

ABSTRACT: Terra Ignota. The classic expression by Euclides da Cunha refers to the socio-economic and cultural configuration of the northeast Brazil, especially its interior. During the first half of the twentieth century the sertões were the object of an intense debate about its nature, its people, customs and religion. “Archaic” sertão, “ill region”, were some of the characterizations and classifications applied to it according to the deterministic theories in vogue. This work aims at analyzing aspects of the debate related to the cangaço within the cycle of Lampião. We assume that, as they publicly discussed the causes of banditry, a number of representations of the interior, of its inhabitants and the Northeast population was under elaboration.

KEYWORDS: Cangaço. Sertões. northeast.

¹ Artigo submetido à avaliação em 21/03/2013 e aprovado para publicação em 30/5/2013.

INTRODUÇÃO

Na primeira metade do século XX, as tentativas de interpretação do cangaço, fundamentalmente o cangaço chefiado por Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, dava-se por meio de campos discursivos que remetiam para a própria elaboração administrativa, política, cultural e identitária da atual região Nordeste, antiga região Norte.

Isso significa que os registros e estudos sobre Lampião foram realizados a partir da constituição de uma historiografia regional, cujas temáticas recorrentes eram o sertão e as longas estiagens, as influências do coronelismo, o misticismo do homem sertanejo e o seu distanciamento das áreas litorâneas, bem como da civilização. Portanto, nesse período, em torno do debate sobre a problemática do cangaço e sobre o protagonismo de Lampião, fundou-se um conjunto de representações sobre a região Nordeste e sobre os sertões.

Compreendeu-se a emergência da região Nordeste, tendo como referência as extensões de terras semi-áridas, classificadas posteriormente como *polígono das secas*. Daí se compreende a queixa de Gilberto Freyre, em 1937, sobre o fato de que a palavra “Nordeste” mostrava-se “desfigurada pela expressão obras do Nordeste que quer dizer: obras contra as secas. E quase não sugere senão as secas. Os sertões de areia seca rangendo debaixo dos pés”². Decerto que a imagética do Nordeste sugere as secas, vinculando-se inextricavelmente a este fenômeno climático. Não obstante, conforme pretendemos explicar, sugere também o típico banditismo do cangaço. Em uma das primeiras cartas geográficas daquela região, constam duplamente cartografadas a área da região Nordeste e, no seu interior, nos sertões, a área dominada pelo reinado Lampiônico. **Fig. 1**

Tentando desvencilhar-se dessa generalização, pretendia o sociólogo pernambucano expor o Nordeste da zona litorânea, onde nunca deixava de haver “uma mancha de água, um avanço de mar, um rio, um riacho”³. Contudo, Freyre deixa crer no subtítulo que o Nordeste é o da cana, da Zona da Mata. Paralela e complementarmente, também em 1937, o sociólogo cearense Djacir Meneses publicou *O outro Nordeste*, um estudo sobre o Nordeste seco, latifundiário, pastoril, coberto pelas caatingas.⁴ No prefácio, Meneses afirma que o título dessa obra foi sugerido por Gilberto Freyre, que teria dado a seguinte justificativa: “o título que sugeri (...) é justamente porque o seu Nordeste é o outro Nordeste ao lado do meu e

² FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. (1937) 7ª ed. rev. – São Paulo: Global, 2004, p.45.

³ Idem.

⁴ MENESES, Djacir. *O outro Nordeste: formação social do Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olímpio: 1937.

talvez menos conhecido, embora seja o mais falado: Nordeste das secas, dos grandes misticismos, de menor influência da escravidão⁵.

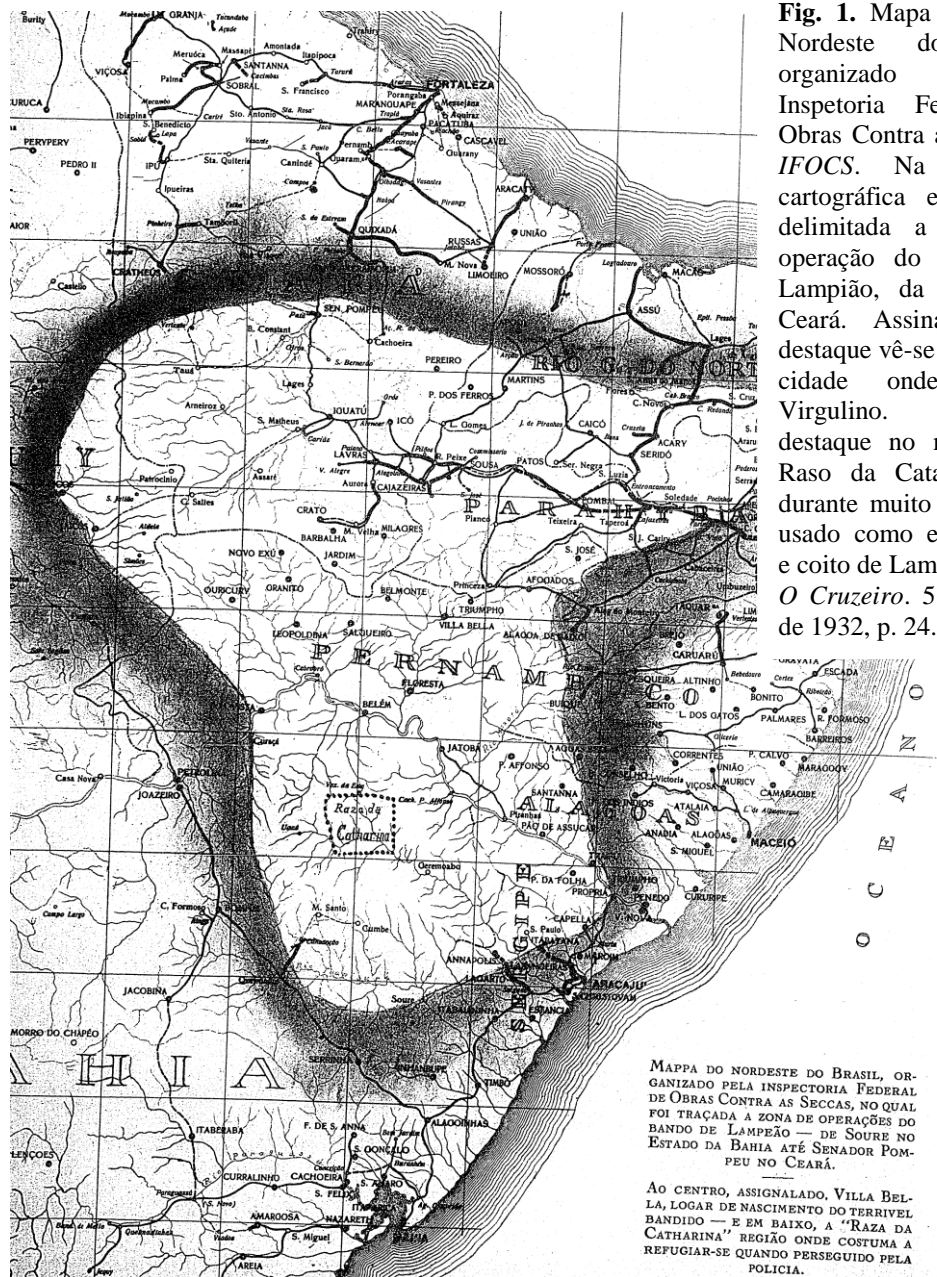


Fig. 1. Mapa da região Nordeste do Brasil organizado pela Inspectoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS. Na projeção cartográfica encontra-se delimitada a zona de operação do bando de Lampião, da Bahia ao Ceará. Assinalado em destaque vê-se Vila Bela, cidade onde nasceu Virgulino. Outro destaque no mapa é o Raso da Catarina, que durante muito tempo foi usado como esconderijo e coito de Lampião. *O Cruzeiro*. 5 de março de 1932, p. 24.

⁵ Idem, p. 15.

Segundo Durval Muniz Albuquerque Júnior, o termo Nordeste foi “usado inicialmente para designar a área de atuação da Inspeção Federal de obras contra as secas (IFOCS), criada em 1919”⁶. Acontecimento que foi aquilatado não apenas como a criação de mais um organismo de combate ao fenômeno devastador das secas, mas a afirmação de uma região e a subsequente constituição de uma identidade regional. Conforme esclarece o autor, ainda no início da década de 1920, os termos Norte e Nordeste eram usados como sinônimos, mostrando ser esse um momento de transição, “em que a própria idéia de Nordeste não havia se institucionalizado”⁷. Antes de Albuquerque Júnior, o historiador Evaldo Cabral de Mello já havia indicado que no longo período que vai do Império ao ocaso do período conhecido como República Velha (1822-1930), só se conhecia duas regiões. As províncias e, posteriormente, os estados do Norte – da Amazônia à Bahia- contrapondo-se às províncias do Sul – do Espírito Santo ao Rio Grande.⁸ Nesse período, portanto, a geografia regional do Brasil era simplificada: “nada de nordeste, sudeste ou centro-oeste”⁹.

Pois bem, inventar e cartografar uma região, definir campos de territorialidades e assim fixar fronteiras, atribuir os perfis sócio-psicológicos e culturais implicou em tecer novas identidades. É assim que vamos apreender Lampião entre os anos de 1920 e 1930, centralizando uma profusão de imagens sobre o Norte-Nordeste. Não por acaso, segundo Albuquerque Júnior, as narrativas sobre suas façanhas e suas vilanias “foram um dos raros momentos em que o Norte tinha espaço na imprensa do Sul, assim como quando ocorria a repressão a movimentos messiânicos; secas ou lutas fratricidas entre parentelas”¹⁰.

No entanto, esse processo deve ser aprendido enquanto via de mão dupla, porque somente dessa forma ele ganha sentido. Entender as práticas discursivas elaboradas em torno do cangaço, significa simultaneamente compreender como os sertões foram vistos e representados na época.

1. Da região norte à região nordeste: ainda a terra ignota

⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Prefácio de Margareth Rago. RECIFE: FUNDAJ/ Massangana, 1999, p. 68.

⁷ Idem, p. 68. Este processo de afirmação da região Nordeste resultou na separação entre a área amazônica e a “área ocidental do Norte, provocada principalmente pela preocupação com a migração dos ‘nordestinos’ para a extração da borracha, p. 69.

⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira; Brasília-INL, 1984, p. 15.

⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. Idem.

¹⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste*. Op. cit., p. 61.

Gustavo Barroso, cearense, membro da *Academia Brasileira de Letras*, foi um dos primeiros estudiosos do cangaço e um especialista em estudos da região Nordeste. Sua reflexão perpassa aspectos da história do Ceará, do folclore, da política, dos cangaceiros e de Lampião. Mesclou sua produção entre contos e novelas, estudos de manifestações folclóricas e aspectos da história militar.¹¹ Sobre o cangaço escreveu *Terra do Sol* (1912)¹², *Heróis e bandidos* (1917) e *Almas de lama e de Aço* (1930), obras que fizeram de Barroso uma referência na área. Em *Terra do Sol*, aborda a psicologia dos cangaceiros, os tipos e as causas, as façanhas e as crueldades. Barroso foi contemporâneo de alguns cangaceiros, inclusive de Antônio Silvino e de Lampião. Sua visão do cangaço oscila entre perspectivas biológicas e sociais. A primeira mais nitidamente caracterizada em *Terra do Sol*, e a segunda em *Almas de lama e de aço*. Para ele “o cangaceiro do Norte é selvático e feroz – sofrendo de um descalabro nervoso - produto da ancestralidade e do cruzamento etnográfico”¹³.

Entrementes, não se limitou a tal determinismo biológico. Já em *Terra do Sol*, apontava o sentimento de ódio do sertanejo diante da polícia: “A soldadesca desses corpos é composta da mais baixa e vil escória das populações, covarde e boçal”¹⁴. Em *Almas de Lama e de Aço*, volta ao assunto. Afirma que os contingentes policiais eram formados na maioria por “homens brancos, cruéis ou adstrictos às politiquices locais”. Do ódio do sertanejo pelo policial, acresce algumas formas de nomeação: “mata cachorro”, “caximbo”, “macaco”, “pitéo”, conforme passaram a ser conhecidos no tempo de Lampião. Sua avaliação sobre o cangaço, nessa obra, já não é tão pessimista e vislumbra no cangaceiro aspectos de romantismo e justiça: “enquanto o bandido, muitas vezes, de fundo romântico, quixotesco, saqueia o rico e distribui o que tem com o pobre, o soldado de polícia persegue o pobre e ajuda o rico, o chefe das vilas e cidades”¹⁵.

Entendia Barroso que a repressão policial aos bandos era necessária e poderia propiciar bons resultados, quando realizada sem favorecimentos dos chefes políticos. Mas não seria condição suficiente. Haveria que se cuidar também das causas econômicas. O problema maior seria a falta de trabalho das populações sertanejas: “dêem-se-lhes comunicações, transportes,

¹¹Alguns momentos dessa produção: *Uniformes do Exército* (1722-1922). História. Publicação oficial comemorativa do Centenário Perroud – Paris, 1922; *A Guerra do Lopez: Contos e episódios da campanha do Paraguai*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1928.

¹² BARROSO, Gustavo. *Terra do Sol: Natureza e costumes do Norte*. Porto: B. de Águila, 1912.

¹³ BARROSO, Gustavo. *Terra do Sol*, capítulo reproduzido In: *O sertão, o boi e a seca; Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte*. São Paulo: Cultrix, , s.d., p. 180.

¹⁴ Idem, p. 191.

¹⁵BARROSO, Gustavo. *Almas de lama e de aço: Lampião e outros cangaceiros*. Op. cit., p.54.

instrução e justiça. Somente um conjunto de medidas dessa ordem acabará de vez com os cangaceiros, produtos de uma causalidade complexa”¹⁶.

As falhas na aplicação da justiça ou simplesmente sua ausência teriam levado Jesuíno Brilhante, Antônio Silvino e Lampião a ingressarem no cangaço. De algum modo, assistiram a brutalidade policial diante dos seus progenitores. Sobre Lampião, Barroso dedica dois capítulos, um deles sobre a “gesta.” Nessas circunstâncias, Barroso entende que Lampião foi uma vítima do seu meio e que agia por vingança: “numa de suas correrias pelo sertão, a polícia pernambucana matou o pae de Lampeão e deu em sua mãe tamanha surra que ella faleceu três dias depois. Louco de indignação e raiva (...) Lampeão e um irmão tornaram-se cangaceiros”¹⁷.

Essa é a versão de Barroso sobre a entrada de Lampião no cangaço. No fundo é uma justificativa, pois, conforme se vê na obra, o autor direciona sua crítica para o meio social. Raramente se vê nas análises de Barroso uma indicação de fonte e, quando há, o autor descreve alguns versos de cordel. Há equívocos na versão da morte dos pais de Lampião. José Ferreira foi assassinado pela polícia do estado de Alagoas, sob o comando do sargento José Lucena, que em ataque violento, fuzilou a casa onde se encontrava, em 1921. A mãe de Lampião, Maria Vieira da Soledade, morreu antes desse ataque, vítima de enfermidade. Conforme salientam alguns autores, todos esses acontecimentos precipitaram a enfermidade e morte da mãe de Lampião, inclusive os profundos sentimentos de desgosto frente à opção de vida fora da lei seguida pelos filhos.¹⁸

Até aqui vimos como Gustavo Barroso, um dos pioneiros na escrita do cangaço, imaginou Lampião como um “cangaceiro-herói”, um revoltado, uma vítima do meio social. Posição adotada por outros estudiosos do cangaço. O médico cearense Xavier de Oliveira é autor de *Beatos e cangaceiros* (1920).¹⁹ O extenso subtítulo dá uma medida do método e da delimitação dessa obra: *História real, observação pessoal e impressão psicológica de alguns dos mais célebres cangaceiros do Nordeste*. Sua pesquisa baseou-se em depoimentos de pessoas que conviveram com cangaceiros. O autor, inicialmente pesquisando sobre o cangaço na região do Cariri cearense, ampliou a pesquisa para outras manifestações do

¹⁶Idem, p.15.

¹⁷ Idem, p.94.

¹⁸Cf. informações em LIRA, João Gomes de. *Lampeão: memórias de um soldado de volante*. Floresta-Pernambuco: Prefeitura Municipal de Floresta, 1977.

¹⁹OLIVEIRA, Xavier de. *Beatos e cangaceiros: História real, observação pessoal Sobre e impressão psicológica de alguns dos mais célebres cangaceiros do Nordeste*. Rio de Janeiro, 1920.

cangaço, fora do Ceará. Por outro lado, Xavier de Oliveira comparou o beato e o cangaceiro. Este teria características marcantes do misticismo.

A segunda obra do autor, *O exército e o sertão*, de 1932, segue posição semelhante à de Barroso quanto às causas do cangaço. Seria o sertão uma região doente. O remédio seria educação, limpeza, saneamento, instrução e muita civilização. Mas, conforme o título, o escritor cearense entendia que o agente saneador seria o exército, ficando as leis, a educação, a medicina e o progresso em termos secundários. É possível que ele estivesse falando a partir do horizonte da “Revolução de 30” e da militarização sistemática da sociedade verificada no período.²⁰ A respeito da obra, disse Roquete Pinto: “propoz, ali, uma solução que lhe parece boa: entregar o sertão ao exército para que elle o eduque; o limpe; o saneie, o instrua; o civilize”²¹.

Enfim, diante das façanhas de Lampião, de sua ambiguidade e da quebra dos principais modelos de cangaço anteriores, alguns autores da época escreveram obras contendo críticas à situação social vigente. Apesar da crítica aos governos e do reconhecimento do cangaceiro como vítima do meio, alguns execraram a violência praticada por Lampião.

José Américo de Almeida, escritor e político paraibano, publicou em 1923 *A Paraíba e seus problemas*. O autor analisou os problemas históricos da Paraíba a partir de temáticas como a terra e o clima, os períodos de secas e o “martírio do homem do Norte”, os motivos do banditismo. José Américo afirmou no prefácio da primeira edição que o livro seria “o meio mais sensível de expressar ao sr. Epitácio Pessoa, [paraibano, então presidente da República] o reconhecimento da Paraíba pelos benefícios outorgados como solução do problema da seca”²².

Com esse propósito, o autor conseguiu antecipar as principais questões que nas décadas de 1920 e 1930 nortearam os esforços dos intelectuais na compreensão da nacionalidade e o lugar da região Nordeste nesse debate, bem como de sua área sertaneja. Ele se propôs a refutar uma série de artigos de autoria do jornalista paulista Paulo de Moraes Barros, publicados no jornal *O Estado de São Paulo*. Esse jornalista visitou Juazeiro do Norte, em 1923, a convite daquele jornal e depois publicou os artigos com o título *Impressões do Nordeste*. Moraes Barros associou as manifestações de fanatismo em Juazeiro à inferioridade

²⁰OLIVEIRA, Xavier de. *O Exército e o sertão*. Rio de Janeiro, 1932. Para uma análise das causas do cangaço e ao mesmo tempo uma crítica a Lampião ver CANDIDO, Manuel. *Fatores do cangaço: de 1919 a 1930*. São José do Egito, Pernambuco, 1934.

²¹PINTO, Roquete. *O Exército e o sertão*. Resenha do livro homônimo de Xavier de Oliveira, In: *Boletim de Ariel*, 1932, p. 60.

²²ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. (1923) 3ª ed. revista. Prefácio de José Honório Rodrigues. Estado da Paraíba - Secretaria de Educação e Cultura, Diretoria Geral de Cultura, 1980, p.35.

racial dos nordestinos. Juazeiro, infestada pela “violência dos bandidos facinorosos” seria, para o jornalista, uma prova de que o povo sertanejo não poderia constituir a base da construção de uma nação. É em meio a esse debate, polarizado nos termos região sul e região norte, que compreendemos a contribuição de José Américo aos estudos sobre o banditismo.

Para ele, a criminalidade no sertão seria uma consequência da vingança de atos contra a honra feminina e a vingança do sangue derramado. Crimes que seriam frequentes, segundo o autor, em recantos menos populosos, onde “o valor da honra no seio das famílias é apenas excedido pelo da vida”.²³ Outras causas da criminalidade seriam os excessos praticados na defesa da propriedade e a exaltação da “vitalidade” mal empregada. Aspecto que, em parte, explicaria a formação dos bandos de cangaceiros:

O cangaceiro originou-se na instituição do guarda-costas (...) A preocupação de atrair *cabras de confiança* degenerou na proteção aos criminosos que acudiam de toda parte ao coito das fazendas dos mais influentes, na certeza da liberdade. (...) O capanga, despedido da guarda ociosa e desabituaado ao labor honrado, tinha o único recurso da *societás sceleris*. Organizava ou procurava um bando.²⁴

A “profilaxia” do banditismo, defende José Américo, seria possível compreendendo-se, primeiro, que não “se trata de uma determinação atávica, orgânica e psíquica, como se afigura à impressão de exóticas teorias do crime. Tampouco uma influência telúrica ou climática”²⁵. José Américo vê o banditismo como “efeito nocivo de um ambiente saneável, e não como uma determinação do coeficiente étnico”²⁶.

Tais argumentos contra teorias deterministas sobre a origem do banditismo constituem parte da concepção de que o banditismo é fenômeno histórico-social. Acreditamos que o autor, dessa forma, distingue-se de outros tantos pensadores da época. Sua linha de análise sobre o banditismo, contudo, prende-se ainda a algumas influências da medicina legal, do pensamento de Cesare Lombroso e Garófalo, criminologistas italianos. No Brasil, o principal seguidor dessa corrente foi o médico Raimundo Nina Rodrigues.

Por exemplo, José Américo fala de uma profilaxia do banditismo. O termo profilaxia se refere ao ramo da medicina que trata da prevenção das enfermidades, indicando uma

²³ p. 45. Sobre a questão da criminalidade gerada por fatores de vingança, José Américo afirma seguir opinião semelhante a uma mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Dr. João Capistrano, em 4 de julho de 1854. Não informa o escritor quando foi apresentada a mensagem e quem é o Dr. João Capistrano.

²⁴ Idem. p.556.

²⁵ Idem. p.555.

²⁶ Idem. p.46.

compreensão da ocorrência do banditismo nos parâmetros da medicina legal, baseada em princípios “científicos” que regiam as ciências sociais da época.

A partir desse quadro, José Américo tentou situar a presença dos cangaceiros na Paraíba. Discordando de informações dadas pelo escritor cearense Gustavo Barroso, José Américo afirmou que a Paraíba nunca viveu infestada de hordas de cangaceiros. A exceção, para o autor, foram as zonas de fronteiras. Conforme suas próprias observações, no exercício de cargo de justiça, quando esteve na cidade de Souza, em 1909: “as fronteiras viviam nos sobressaltos de incursões de desordeiros profissionais”²⁷. Entre os cangaceiros citados, encontra-se Antônio Silvino que atuou nos sertões e na zona da mata da Paraíba, Pernambuco e do Ceará até ser aprisionado em 1914. Silvino foi, depois de Lampião, o cangaceiro mais poderoso e conhecido naquelas áreas dos sertões nordestinos. José Américo afirmou que Silvino mantinha um grupo reduzido com “frequentes escapulidas para os Estados vizinhos e, ainda assim, à custa da cumplicidade de alguns proprietários que lhe davam asilo por temor ou para os terem como instrumentos de ódio”²⁸.

Outro exemplo citado pelo autor foi o cangaceiro Adolfo Rosa Meia-Noite, pernambucano, nascido em 1840, na cidade de Afogados da Ingazeira e que operou na região paraibana das Pinharas, fronteira com Pernambuco. Adolfo matou o seu próprio tio, depois de sofrer desfeita grave. Mesmo procedimento justo, segundo José Américo, adotava Jesuíno Alves de Melo Calado, o Jesuíno Brilhante: “assassino por vingança, distribuindo os víveres dos comboios que atacava pelos famintos da seca de 1877 e matando um dos seus mais valentes sequazes, o escravo José, porque tentara violentar uma mulher”²⁹. José Américo menciona esses cangaceiros de certo modo para justificar suas ações violentas, querendo dizer que a vingança seria um “acidente” na vida desses bandidos e que estes não eram perversos por natureza. Os personagens acima comentados teriam sido, para José Américo, os maiores vultos do cangaço na Paraíba, todos “brancos e com antecedentes criminosos na família”. Não foram os únicos,

²⁷ Idem. p.557. Provavelmente o autor se refere a uma carta escrita em 1912 pelo major reformado do exército Nicanor Guedes de Moura, narrando alguns acontecimentos sobre o cangaço na Paraíba. O major Nicanor foi comandante das forças policiais destacadas para reprimir o “cangaço” na região entre Teixeira e Patos. Questão esta que, na verdade, estava mais vinculada a disputas políticas entre elites da localidade do que mesmo a uma atuação de cangaceiros. Ressalte-se, todavia, que o cangaço, ao contrário do que afirma José Américo, teve forte presença na Paraíba. Veja GURJÃO, Eliete de Queiroz. *Morte e vida das Oligarquias: Paraíba – (1889- 1945)*. João Pessoa: Universitária-UFPB, 1994, p. 46-48. Segundo Gurjão, os bandos que mais se destacaram na Paraíba foram o de Antônio Silvino e o de Lampião. Para o historiador paraibano José Octávio, o auge do cangaço na Paraíba verificou-se entre as “décadas de 10 e 30 (...) Antonio Silvino, Chico Pereira (Dantas) e Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, foram os chefes de bandos que mais se notabilizaram na Paraíba.” Cf. MELLO, José Octávio de Arruda. *História da Paraíba: lutas e resistências*. 3ª ed. João Pessoa: Universitária/ UFPB, 1995, p. 155-156.

²⁸ Idem. p. 557.

²⁹ Idem, p. 557.

adverte o autor. Outros se destacaram pela violência e perversidade brutais, como o mencionado Rio Preto, “o negro sanguinário e estuprador”³⁰.

O certo é que Lampião teve presença marcante no território paraibano. Contudo, não foi mencionado. Por que o autor, mostrando controle e erudição sobre o tema do banditismo, deixou passar sem comentários, sequer uma nota, aspectos da trajetória de Lampião que, desde 1920, tornara-se famoso por suas façanhas na região fronteira dos estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas? Em 1921, deu-se a morte dos pais de Lampião, no estado de Alagoas. Em julho de 1922, na cidade de Água Branca, Alagoas, Lampião comandando um pequeno grupo assaltou a residência da senhora Joana Torres, Baronesa de Água Branca, ligada à tradicional e poderosa família do lugar. No mesmo ano, na cidade de São José do Belmonte, Pernambuco, Lampião atacou a residência e matou o seu proprietário, o comerciante Luís Gonzaga de Souza Ferraz.

É possível que José Américo pretendesse distanciar-se no tempo como procedimento de trabalho. A sua análise focalizou cangaceiros que atuaram no século XIX e início do século XX. Contudo, entendemos que a explicação para o silêncio do autor está na intrincada situação política que experimentava a Paraíba naquele momento, fracionada entre oligarquias. Integrantes de famílias poderosas sustentavam combates armados e, por conseguinte, utilizavam a força de cangaceiros para garantir seu mando.³¹ Por outro lado, não podemos desconsiderar os acordos estabelecidos entre Lampião e alguns coronéis e chefes políticos, mais frequentes entre 1923 e 1926. Sobre esses acordos Billy Jaynes Chandler afirmou que “durante maior parte desse período, Lampião baseou suas operações na área de fronteira entre Pernambuco e Paraíba, principalmente na comarca de Princesa, em Paraíba”.³² Durante meses, Lampião instalou-se sob a proteção do coronel Marçal Diniz, chefe político de Patos e genro do poderoso coronel José Pereira Lima, chefe político de Princesa. Esse coronel ficou conhecido por ter decretado, em 1930, a separação do território de Princesa do Estado da Paraíba.³³

³⁰ José Américo não esclarece os dados biográficos de Rio Preto. Sabemos que este cangaceiro nasceu no século XIX, na região de Pombal, Paraíba. Câmara Cascudo informa que Rio Preto, cujo nome não é mencionado, assombrava as terras fronteiriças do Pernambuco e do Rio Grande do Norte. Cf. CASCUDO, Luís da Câmara. *Flor de Romances Trágicos*. Op. cit., p. 44.

³¹ Para uma compreensão do cenário político oligárquico da Paraíba desde a República Velha até 1930 veja RAPOSO, Eduardo. *Seis versões e uma revolução: História oral da política paraibana (1889-1930)* – Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Masssangana, 2006.

³² CHANDLER, Billy Jaynes. *Lampião, o rei dos cangaceiros*. Tradução de Sarita Linhares Barsted. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p.60.

³³ José Américo foi nomeado Secretário de Segurança Pública em abril de 1930 e comandou pessoalmente a repressão ao movimento armado de Princesa. Cf. CAMARGO, Aspásia. & RAPOSO, Eduardo. *O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

Enfim, por conhecer bem as relações do cangaço com as elites políticas e econômicas do seu estado, José Américo defendeu que o problema da repressão ao banditismo resumia-se à existência de estradas e transportes, em especial o ferroviário que “completará essa missão de ordem”.³⁴ Para ele, uma missão de ordem, mas também de progresso. José Américo acreditava nesses fatores de integração do Nordeste litorâneo com os sertões. Esse mesmo objetivo, conforme destacou, já havia sido defendido por Oliveira Viana quando defendeu a “incorporação da vasta barbárie sertaneja à civilização do litoral, objetivo que sempre faltou à orientação da política unificadora dos grandes construtores de nossa nacionalidade”.³⁵

A um dos “grandes construtores da nacionalidade”, o presidente Epitácio Pessoa, José Américo ofertaria a sua obra com muito orgulho: “essas qualidades (patrióticas) culminaram na estrutura do super-homem de Epitácio Pessoa. Coeficiente dessa raça forte e criadora”.³⁶ Nesse contexto político, ainda na Paraíba, em 1926, publicou-se a primeira “biografia” sobre Lampião. O autor, Érico de Almeida, era jornalista do matutino paraibano *O Norte*. A obra intitulada *Lampeão: sua história* foi apresentada como “notas de reportagem sobre o bandido Lampeão”. Como explica Almeida, suas primeiras anotações sobre o banditismo foram coligidas a partir de 1921 quando ele fixou residência na cidade de Princesa, sertão da Paraíba. O próprio autor destaca a importância de Princesa na geografia do cangaço: “Neste rincão sertanejo, ponto de incursão de ‘Lampeão’ e seus sequazes, mercê da vizinhança das fronteiras pernambucanas, despertou-se-me a ideia de organizar dados sobre a vida do Rei do Latrocínio”.³⁷

O livro foi subsidiado pelo deputado paraibano José Pereira Lima, chefe político de Princesa, protetor e, depois, inimigo de Lampião,³⁸ e pelo presidente da Paraíba, João Suassuna, eleito para o quadriênio 1924-1928. Segundo Almeida, o governo João Suassuna moveu dura campanha contra o banditismo, protegendo as populações do interior e fortalecendo as fronteiras do Estado. Nesse caso, sem mencionar data, conta o autor como a polícia de Princesa conseguiu impedir que Lampião e seu grupo invadissem a cidade de Flores, Pernambuco. O comércio local havia sido intimado a contribuir com a importância de 10 mil contos de réis, sob pena de saque imediato: “A dois quilômetros daquela cidade, se

³⁴ Id. Ib., p.561.

³⁵ Id., Ib., p. 561. O trecho citado de Oliveira Viana foi extraído do livro desse autor *Pequenos Estudos de Psicologia Social*. Op. cit., p. 139.

³⁶ Id.Ib., p. 563.

³⁷ ALMEIDA, Érico de. *Lampeão, sua história*. (1926) 2ª ed. João Pessoa: Universitária – UFPB, 1998. Edição fac-similar de 1926, p. 4.

³⁸ Sobre esta inimizade, ver entrevista de Lampião, em Juazeiro do Norte, concedida ao médico e jornalista Otacílio Macedo. A entrevista foi publicada no jornal *O Ceará*. 4 de março de 1926.

encontrava Lampeão e seu bando nefando, cometendo toda a sorte de depredações”.³⁹ Mas fica nisso. O autor, daí por diante, se ocupa em narrar uma sucessão de perversidades atribuídas a Lampeão.⁴⁰

1926 marcou ainda o lançamento do livro *Juazeiro do Padre Cícero*, do educador Lourenço Filho. Antes, o autor havia publicado a obra em forma de artigos no Jornal *O Estado de São Paulo*. Empenhou-se Lourenço Filho em descrever o que ele próprio observou nas cidades interioranas do Ceará, especialmente em Juazeiro do Norte. No início dos anos 1920, o autor lecionava em escolas normais em São Paulo quando foi convidado a reorganizar o ensino público do Ceará. Essa obra repercutiu no Brasil e no exterior. Com evidente exagero, Rocha Pombo comparou-a a obra de Euclides da Cunha.

A análise de Lourenço Filho sobre as condições sociais encontradas em Juazeiro demarca as particularidades de uma região sertaneja localizada na serra do Araripe, no sertão do Cariri, um dos redutos de Lampeão. O autor comparou as duas cidades mais importantes à época. O Crato, estável, próspera, confortável, enfim, “uma tentativa vitoriosa para integrar o sertão na vida de hoje”.⁴¹ A menos de vinte quilômetros, encontra-se Juazeiro do Norte:

um estranho aglomerado humano, como que todo o atraso dos sertões aí se condensou, para condicionar maior retrocesso e estabelecer condições propícias de desajustamentos em que repontam mentalidades atrasadas por séculos, (...) centro de orações e hospício enorme.⁴²

Observou o autor, com estranheza, que na região do Cariri não se encontrava os rigores da seca. Era uma espécie de oásis, com fontes perenes, vegetação farta, sempre verde, culturas rendosas e abundantes, variedades de frutas, para onde acorrem sertanejos de quase todos os estados da região Nordeste, chegando também romeiros de outros estados da federação.

A solução para esse contraste, afirma, estaria nas mãos de “higienistas e terapeutas sociais”, que distribuiriam justiça e educação aos povos dos sertões. Porém, o plano educacional, somente teria êxito se confiado a uma elite. Não bastaria ensinar a população pobre a ler e a escrever. Para usar um termo de hoje, seria infrutífero apenas democratizar o

³⁹ Id. Ib. p.11.

⁴⁰ Mário de Andrade dizia que o verdadeiro autor desse livro poderia ter sido João Suassuna, governador da Paraíba. Romero Jucá, membro da *Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço*, afirmou na apresentação da segunda edição, publicada em 1998 que se tratava de um equívoco de Mário de Andrade devido ao “caráter apologético definido na obra”. Billy Jaynes Chandler disse que a versão de Érico sobre Lampeão “contém muitas inverdades”. Seja como for, Érico de Almeida, em toda a sua narrativa, não cita fontes e ainda insere diálogos em algumas passagens. Não propriamente uma biografia, o livro recolhe informações que, no fundamental, demonizam Lampeão.

⁴¹ LOURENÇO FILHO, M.B. *Juazeiro do Padre Cícero*. Op. cit., p. 29.

⁴² Id., Ib., p. 29.

ensino: “mais valerá, para cada mil cabeças, cem cabeças bem formadas, como exemplo e guia. O problema cultural brasileiro exige nesse momento, mais que tudo, uma formação de elites, na ordem intelectual e na ordem moral”.⁴³

Tal como a visão de José Américo é indiscutível a percepção elitista aqui apresentada. Com a diferença de que, para o escritor paraibano, a redenção social do sertanejo dar-se-ia pelo sopro do progresso e da civilização, um programa de obras materiais conduzidas corretamente por um “super-homem”; enquanto que para Lourenço Filho, a educação seria a força transformadora, desde que conduzida por uma elite. Em ambos os casos, prescreve-se a formação de setores de elite, um corpo técnico, aparelhado de competências e saberes para levar ao grosso da população conquistas da modernidade.

Conquistas que não alcançara Juazeiro do Norte, conforme o autor. Juazeiro havia se transformado num “Estado dentro do Estado”, centro de romarias fanáticas e reduto de todos os cangaceiros. Indignava-se o autor com o fato de que, em 1926, a 4 de março, Lampião entrou em Juazeiro do Norte, à frente de 49 cangaceiros. Estaria ali atendendo a convite do Padre Cícero Romão Batista, o guia religioso dos sertanejos. Ao final, Lampião saiu de Juazeiro com tal missão, admirado, armado, equipado e ainda com a patente de Capitão do Batalhão Patriótico. Sobre esse acontecimento, Lourenço Filho afirmou:

Afrontando o próprio Batalhão Patriótico de Floro Bartolomeu, entrou no Juazeiro ostensivamente com toda sua gente, o temível bandoleiro Virgolino Ferreira da Silva, o celeberrimo Lampião, estripador de crianças e incendiário ‘rei do sertão, que ainda há pouco declarou guerra oficialmente aos governos da Paraíba e Pernambuco. Lampião é um expoente, apenas, da malta de celerados que tem feito do Juazeiro o seu quartel general, como tem sido abundantemente provado.⁴⁴

Na verdade, Lampião não afrontou o “Batalhão Patriótico”. Ele foi a Juazeiro justamente a convite dos bernardistas, adeptos do Presidente Artur Bernardes na luta contra os tenentes da coluna militar liderada pelo capitão Luís Carlos Prestes. Padre Cícero rechaçou a proposta de hostilizar Lampião porque o tinha como um poderoso aliado contra Prestes. Nesse episódio, Lampião saiu de Juazeiro aclamado como legalista, comandante de batalhão patriótico.⁴⁵

⁴³ Id., *Ib.* p. 179.

⁴⁴ Id.*Ib.*, p. 144.

⁴⁵ Este episódio gerou polêmicas intermináveis. O poeta popular deu a sua versão do acontecido: “Com o regime atual/ Crime é ser revoltoso/ Tudo o mais é tolerado/ Honrado, honesto e honroso/Desde os tempos bernardista/Lampião é legalista/ Deixou de ser criminoso”.

O folclorista cearense Leonardo Mota trouxe algumas contribuições sobre o personagem Lampião. Uma, em *Sertão Alegre*, de 1928; a outra, *No tempo de Lampião*, de 1931.⁴⁶ Mota, um “matuto da ribeira do Sitiá” colheu suas informações “diretamente da árvore”, conforme Raquel de Queiroz. Em *Sertão Alegre* dedica algumas páginas a Lampião. Porém, menos que analisar, o seu propósito é descrever e registrar aspectos cotidianos de Lampião que “tem a triste glória de ser o mais brutal dos cangaceiros que hão flagelado os sertões do Norte do Brasil.” Diferentemente de outros autores, Mota não se prende a exames de teorias e “causações.” Mas, de alguma forma, no segundo livro, *No tempo de Lampião*, deixa-se levar pela descrição enfadonha dos crimes, aí já apresentando problemas relativos as suas fontes, pois utiliza depoimentos de outros autores e não indica procedência.

Mota discutiu a imagem pública de Lampião. Comparado a Silvino que “não se deixava fotografar ostensivamente, Lampião tem a volúpia da espetaculosidade”.⁴⁷ Não apenas teria inspirado “toda uma vasta literatura de cordel,” nesse caso um instrumento da ironia popular ante a impotência dos governos, mas, além disso, “ele próprio canta em coro com seus sequazes, os versos que o glorificam”.⁴⁸ Quanto aos costumes do sertão, segundo Mota, era prática dos sacerdotes pregar “contra a depilação das mulheres”, enquanto que no cangaço, sob as ordens de Lampião, castigavam-se mulheres de cabelos curtos. Contrariando “o tradicional respeito sertanejo pela barba”, Lampião vivia de “rosto glabro,” isto é, sem pelos.⁴⁹

Esta é, invariavelmente, a imagem que se produziu dos bandos. Vale notar como ela não se repete com os tenentes seguidores de Luís Carlos Prestes, pois, neste caso, todos se apresentavam sob espessa barba. Quanto aos castigos, ocasionalmente o próprio Lampião “ferrava” mulheres, nas nádegas e nas coxas. Como Silvino, teria ele “gosto em fazer cartas e transmitir recados e telegramas desaforados às autoridades dos Estados que flagela.”

⁴⁶ MOTA, Leonardo. *Sertão alegre: poesia e linguagem do sertão nordestino*. (1928). 2ª ed. Fortaleza. Imprensa Universitária do Ceará, 1965; MOTA, Leonardo. *No tempo de Lampião*. (1928) 2ª ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1967. Diante de divergências sobre os anos de publicação dessas obras entre autores diversos, adotamos 1928 e 1931, respectivamente, seguindo indicação de ANDRADE, Mário de. *O baile das quatro artes*. (1932). São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1975, p.119.

⁴⁷ MOTA, Leonardo. *Sertão alegre: poesia e linguagem do sertão nordestino*. Op. cit., p. 33.

⁴⁸ Idem, p. 34. Mário de Andrade analisou o “romanceiro de Lampião”, conforme a “poesia historiada” dos trovadores sertanejos. Chama a atenção do leitor para o fato de que, neste gênero, fundem-se a verdade histórica e a liberdade de invenção. Cf. ANDRADE, Mário. Op. Cit.

⁴⁹ No tempo de Lampião, p. 17. Sobre o costume de ferrar mulheres no rosto como punição pelo uso de cabelos curtos veja ARAÚJO, Antonio Amaury Corrêa de. *Lampião: as mulheres e o cangaço*. São Paulo: Traço, 1985, pp. 79-91. Ressalte-se que a literatura costuma atribuir este cínico costume ao ferrador Zé Baiano. Todavia, este não era mais que executor das ordens de Lampião.

Naturalmente, por isso, mantinha os telégrafos e telegrafistas sob cuidadoso controle.⁵⁰ Seriam exemplos de arcaísmo de Lampião? Sem dúvida que tal conservadorismo contrasta com um tempo no qual os mecanismos do progresso – máquinas, transportes, estradas, comunicações – paulatinamente minavam as antigas formas de sociabilidade.

Limeira Tejo, economista pernambucano, estudioso do sertão, percebeu um novo olhar sobre as mulheres sertanejas.

Tanto assim que, depois que a máquina começou a percorrer os caminhos difíceis do sertão, nas cidades e nas vilas as populações adquiriram costumes sociais mais comunicativos, e as mulheres já são vistas em todas as festas, com um ar desembaraçado de pracias, amáveis, dançando e se vestindo menos rudimentarmente. Vai já desaparecendo aquela famosa desconfiança que presidia as relações da caatinga, quando a parte feminina da família era conservada à distância de todos os olhares masculinos e não tinha direito de presença nas reuniões, tratada com um ciúme feroz, um zelo medieval.⁵¹

Próximo de encerrar os anos 1920, Lampião havia conquistado notoriedade. Os poetas de cordel versejavam suas façanhas e os combates com a polícia apareciam como se fossem um jogo. Havia adquirido um lastro de experiências em combates que o fez famoso. Criou e organizou vários subgrupos de cangaceiros. Ampliou sua área de controle, estendendo-se aos territórios da Bahia e de Sergipe. Na Bahia, quebrou uma longa tradição do cangaço ao permitir o acesso de mulheres nos bandos. Conheceu Maria Déa de Oliveira, a Maria Bonita. Por onde andou, construiu uma eficiente rede de alianças com coronéis.

Dessa nova fase do ciclo lampiônico, o mais eloquente manifesto foi produzido em 1933 por Ranulfo Prata. Seu livro intitulado *Lampião* é uma espécie de libelo contra a ação dos cangaceiros nos sertões baiano e sergipano. O autor era médico e escritor nascido em Sergipe, filho de coronel fazendeiro. Prata se reporta à fase em que Lampião atuou na Bahia e em Sergipe, o que corresponde ao período entre 1928 até 1933, quando concluiu seus escritos. Lampião deixou a Bahia em 1934 e continuou atuando em Sergipe até 1938. Quando Prata decidiu escrever o seu “documentário fiel dos crimes de Lampião” esclareceu que se tratava de “clamor e do apelo lançados pelas populações que vivem escorchadas sob o couro duro de suas alpercatas”.⁵²

⁵⁰ Idem, p. 57-58.

⁵¹ TEJO, Aurélio de Limeira. *Brejos e Carrascais do Nordeste*. São Paulo, s/ed. 1937, p.32.

⁵² PRATA, Ranulfo. *Lampião*: documentário. 2ª ed. São Paulo: Piratininga, 1933, p. 21. Há uma resenha de Jorge Amado acerca do livro de Prata, Cf. AMADO, Jorge. *Notícia de Lampião*, In: Boletim de Ariel, 1934.

Com as incursões de Lampião naqueles territórios, as comunidades sertanejas, das mais humildes às mais abastadas, apelavam aos governos medidas urgentes, capazes de exterminar o banditismo e encerrar o ciclo de violências e depredações da propriedade. Menos que um estudo das manifestações do cangaço, Ranulfo Prata escreveu uma vigorosa denúncia da “loucura sanguinária de Lampião” e, ao mesmo tempo, do abandono a que continuava relegado o sertão durante o “governo revolucionário”. Compreendia o autor que a nova situação política gerada com o movimento denominado Revolução de 30 foi incapaz de cumprir com suas promessas relativas à repressão ao banditismo, verificando-se, quando muito, algumas ações isoladas por parte de alguns oficiais. O que aconteceu é que Lampião tirou proveito do tumulto revolucionário para invadir e saquear vilas e cidades.

mudada a face das coisas em outubro de 30, novamente as populações deserdadas se voltam, de mãos postas, em pedidos angustiosos, para os homens que acabavam de alcançar o poder (...) Anunciaram-se expedições que não partiam. E o efeito dessa terrível campanha mental foi alarmante para nós. O bandoleiro, ao delas ter notícia, desesperou-se e recrudescu nos ataques com redobrada fereza.⁵³

Consequência semelhante ocorreu com o início da Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932. Mais uma vez, Lampião atuou livremente, apenas aqui e ali importunado por diligências policiais, sem maiores consequências. As comunidades sertanejas, assim desprotegidas, agiam conforme seus próprios recursos. Acoitar Lampião era uma alternativa possível.⁵⁴

Parafraseando Nina Rodrigues sobre a “loucura epidêmica de Canudos”, Prata entende que Lampião era um “centralizador das energias bárbaras. Eliminando-o, eliminar-se-á todo o bando”. Os argumentos apresentados pelo autor tinham uma filiação mais antiga. Baseavam-se nos trabalhos de Raimundo Nina Rodrigues, desde o século XIX. Nesse caso, como ocorreu em Canudos, a medicina foi o instrumento utilizado para avaliar as deficiências mentais e morais atribuídas aos sertanejos.

⁵³ Id. *Ib.*, p. 20-22.

⁵⁴ Prata identificou três tipos de coiteiros. O primeiro protegia o bandido coagido pelo medo, “porque sabe de ciência certa que se correr e arengar às autoridades, pagará com a vida a ousadia”. No segundo caso, estão os que agem por sentimento de vingança. São os que, sofrendo injustamente punições dos soldados, vingam-se e, não tendo onde encontrar apoio, buscam o cangaço. O terceiro tipo de coiteiro, para o autor, era aquele que tinha relações comerciais com os bandidos. Proprietários e fazendeiros ofereciam esconderijo e apoio, acumpliciando-se de tal jeito que pareciam ter quinhão na partilha dos saques. Lembra que “o negociante vende-lhe a mercadoria por preço triplicado. Lampião é ótimo freguês, não regateia nunca”, p. 186-57.

Mas essa compreensão não era, na época, ponto pacífico. O sociólogo cearense Djacir Meneses publicou em 1937 *O outro Nordeste*. Conforme dissemos antes, o lugar das análises desse autor é o sertão do cariri cearense. Nessa região Lampião angariou a proteção de coronéis poderosos. Situado nesse “meio social”, o autor descreve e analisa Lampião:

Durante toda essa agitada fase, Virgulino Ferreira foi realmente o rei dos sertões do Norte. A audácia do bandido não teve limites. Assediou cidades. Conferenciou com prefeitos. Deu entrevistas a jornais (...) Em Limoeiro, vivendo (dando vivas) o Ceará e o Padre Cícero, distribuiu esmolas, fez donativos a Igreja, recebeu dois contos de tributo exigido ao comércio. Foi ao telégrafo, falando pessoalmente para Aracati. Nessas perseguições, o tenente Davi, da força pública do Ceará, distingue-se valentemente, mas não alcança o celerado, que a imaginativa sertaneja vai tornando lendário.⁵⁵

Ao descrever toda a rota extensa de Lampião em parte das cidades do Ceará, Meneses entendia que as perseguições policiais ao “rei do Norte” de nada adiantariam, ou pelo menos teriam efeitos limitados, já que as causas de ordem sociológica permaneceriam:

As perseguições policiais não o exterminam senão momentaneamente: porque as causas são de ordem sociológica e permanecem. Não vale a pena querer encontrar nos traços somatopsicológicos do cangaceiro os estigmates da degenerescência e do crime. As determinantes primordiais não estão nele: estão no meio onde evolue (...) a ambiência social desarticula até o tipo antropológicamente definido.⁵⁶

Dessa forma, repele interpretações fundadas em determinismos biológicos, típicos das teorias do criminoso nato. Recusa, igualmente, as análises sobre Lampião a partir dos traços físicos do corpo – cabeça, tronco e membros, com o fim de se determinar a herança genética do indivíduo. Se bem que não desconheça a importância desses modelos explicativos quando aplicados a casos específicos, Meneses interpreta o fenômeno do ponto de vista do meio social, uma relação entre “ambiente fisiográfico e atividades econômicas,” compreendida a partir de leis. Para ele é indispensável “a análise das atividades econômicas que relacionam os elementos componentes dos diversos grupos sociais, em adaptações a diferentes e variados ambientes fisiográficos”.⁵⁷

⁵⁵ MENESES, Djacir. Op. cit., p. 217-218.

⁵⁶ Idem, p.186-7.

⁵⁷ Idem, p. 37.

Enfim, aqui a análise não toma a raça como parâmetro definitivo.⁵⁸ Tanto que quando trata dos cangaceiros e de Lampião, Meneses evita juízos de valor e condenações, assim como não se interessa em revelar os crimes hediondos, mesmo tendo conhecimento deles. Mas, centra o olhar sobre o meio físico: a caatinga seca, crestada pelo sol; o meio econômico: atividade pastoril e latifúndio; o meio político: a dominação dos potentados e o conflito de classe. Raciocina baseado em postulado nomotético, o que indica uma hipótese do meio como determinante social. Enfim, Lampião e o cangaço seriam aspectos secundários, justificáveis até.

Djacir Meneses adota posição eclética sobre o problema, visto ora sob o ângulo de determinantes sócio-biológicos, ora sob a perspectiva da luta de classes sociais. Não chega a ser um viés marxista, faz acenos. Nesse ponto, menciona a “reação do oprimido contra o opressor”. “Explica a admiração das “classes populares” por Lampião e outros tantos chefes de bando, esses rebelados da ordem social” que se tornaram famosos no Cariri. Para ele, enfim, esses agentes são “as forças sociais que o estado das forças produtivas determina.” Defende a industrialização das zonas sertanejas e, para tanto, enaltece a “direção científica de Delmiro Gouveia que constituiu o mais moralizado, sadio e avançado centro de populações laboriosas, a cidade da Pedra”.⁵⁹

Djacir Meneses se refere ao também cearense Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, o pioneiro industrial do Nordeste. Proprietário da Companhia Agro-Fábrica Mercantil, uma fábrica de linha com a qual Delmiro desbancou os ingleses, vindo a controlar o ramo têxtil no Brasil e na América do Sul. O pólo industrial foi implantado entre Alagoas e Bahia, aproveitando a força da cachoeira de Paulo Afonso. A cidade por ele erigida, em 1913, ficou conhecida como Pedra, hoje Delmiro Gouveia. Delmiro foi assassinado em 1917. Nos melhores anos de sua juventude, Lampião trabalhou para Delmiro. Vendia-lhe peles. Nessa etapa de sua vida, relacionava-se com gente poderosa do lugar. O coronel Ulisses Luna, por exemplo, viria a ser um de seus protetores.⁶⁰

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁵⁸ Lembramos que o autor segue a perspectiva daqueles que pensaram o sertão enquanto território quase livre da escravidão, do braço negro; constituído majoritariamente por brancos, livres da tutela do Estado.

⁵⁹ Idem, pp. 193-194.

⁶⁰ Atualmente, Paulo Afonso é uma cidade que aproveitou o nome e a potência da cachoeira para fins de produção de energia elétrica. No início dos anos 1950 construiu-se ali, entre Bahia e Alagoas, um complexo hidrelétrico que impactou a economia de toda a região Nordeste. Paulo Afonso viria a ser conhecida como “a redenção do Nordeste”. Sobre Delmiro Gouveia, ver: MARTINS, F. Magalhães. *Delmiro Gouveia: pioneiro e nacionalista*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1979.

Neste artigo sumariamos alguns pontos da historiografia voltada para o cangaço do período de Lampião. Ao tempo em que problematizamos autores e correntes de opinião sobre o tema, discutimos os problemas centrais que mobilizaram o pensamento nos anos 1920 e 1930, tal como a fixação do perfil sócio-cultural e econômico da região Nordeste, dos sertões e de suas relações com os arranjos do poder republicano. Assim, cangaço, seca e sertão constituíram um tripé sobre o qual foi amplamente debatido e relacionado à constituição da região Nordeste.

A polêmica teve como eixo as causas do cangaço, a barbárie e a violência praticada por cangaceiros, mas também por autoridades policiais. Sob certo ponto de vista, o cangaço naquele momento significado por Lampião, parece centralizar as expectativas, negativas ou positivas, acerca da questão sobre “o que é ser brasileiro” ou a variante o que é ser nordestino.

A raça foi um dos índices de avaliação. Os cangaceiros seriam produtos de heranças atávicas, ou seja, detinham características ancestrais. A miscigenação entre as diferentes raças teria levado a efeitos de degenerescência, um definhamento paulatino. O sertanejo, sofrendo os efeitos desse processo biológico não poderia representar a base da nação. Os nordestinos, por extensão, seriam racialmente inferiores.

Aliado a este determinismo biológico, o meio físico teve grande importância no reforço desse tipo de representação. Neste caso, as secas avultam com grande peso no imaginário coletivo. O cangaço explicar-se-ia em função desse fenômeno climático. Flagelo, tanto quanto o cangaço, os períodos de longas estiagens serviram de fundamento para explicar a natureza rude, seca, bruta, violenta e rebelde do sertanejo. O sertão, dessa forma, seria uma região “doente”, um “hospício enorme”, zona de atraso e de retrocesso.

O cangaço também foi alvo de várias interpretações. A mais recorrentes delas refere-se à teoria do criminoso nato. Com os aportes teóricos da escola criminalista de Cesare Lombroso, seguida no Brasil por Raimundo Nina Rodrigues, estimava-se que o cangaceiro seria um tipo de criminoso nato, conforme as prescrições da medicina legal que procurava se instituir como discurso regulador do social. Nessa ótica, entende-se que a perversidade e a violência desmedida e prazerosa seriam manifestações de deficiências morais e mentais irreversíveis.

Não obstante a força destes aparatos ideológicos, já se conseguia vislumbrar um horizonte menos determinista. Argumentava-se também que os sertões dos beatos e dos cangaceiros, das longas estiagens poderiam ser recuperados e integrados ao curso da

civilização. De modo diverso, argumentava-se que essa “missão” somente poderia ser realizada por grandes homens; ou ainda pelo exército; ou pela implantação de projetos educacionais levados a cabo por elites de educadores, “higienistas e terapeutas sociais”. Para além, tardiamente, o tema da industrialização dos sertões, tendo como referência Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, o pioneiro industrial, foi visto como a saída para as mazelas históricas do Nordeste brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife. Fundaj / Massangana, 1999.
- ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. (1923) 3ª ed. revista. Prefácio de José Honório Rodrigues. Estado da Paraíba - Secretaria de Educação e Cultura, Diretoria Geral de Cultura, 1980.
- ALMEIDA, Érico de. *Lampeão, sua história*. (1926) 2ª ed. João Pessoa: Universitária – UFPB, 1998. Edição fac-similar de 1926.
- ARAÚJO, Antonio Amaury Corrêa de. *Lampião: as mulheres e o cangaço*. São Paulo: Traço, 1985.
- BARROSO, Gustavo. *Terra do Sol: Natureza e costumes do Norte*. Porto: B. de Águila, 1912.
- _____. *Heróis e bandido*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917.
- _____. *Almas de Lama e de Aço: Lampião e outros cangaceiros*. São Paulo: Melhoramentos, 1930.
- CÂMARA CASCUDO, Luís da. *Flor dos romances trágicos*. Rio de Janeiro/ Natal: Livraria Editora Cátedra/Fundação José Augusto, 1982.
- _____. *Viajando o Sertão*. (1934). 3ª ed. Natal: Fundação José Augusto - CERN, 1984.
- CANDIDO, Manuel. *Fatores do cangaço: de 1919 a 1930*. São José do Egito, Pernambuco, 1934.
- CHANDLER, Billy Jaynes. *Lampião, o rei dos cangaceiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CAMARGO, Aspásia. & RAPOSO, Eduardo. *O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- ANDRADE, Mário de. *O baile das quatro artes*. (1932). São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1975.
- FREYRE, Gilberto. *Nordeste: Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. (1937) 7 ed. rev. – São Paulo: Global, 2004.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. *Morte e vida das Oligarquias: Paraíba – (1889- 1945)*. João Pessoa: Universitária-UFPB, 1994.
- LIRA, João Gomes de. *Lampeão: memórias de um soldado de volante*. Floresta-Pernambuco: Prefeitura Municipal de Floresta, 1977.
- LOURENÇO FILHO. *Juazeiro do Padre Cícero*. (1926) 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos, s.d.
- MARTINS, F. Magalhães. *Delmiro Gouveia: pioneiro e nacionalista*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1979.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira; Brasília-INL, 1984.
- MENESES, Djacir. *O outro Nordeste: formação social do Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olímpio: 1937.
- PRATA, Ranulfo. *Lampião: documentário*. 2ª ed. São Paulo: Piratininga, 1933.
- MELLO, José Octávio de Arruda. *História da Paraíba: lutas e resistências*. 3ª ed. João Pessoa: Universitária/ UFPB, 1995.
- MOTA, Leonardo. *Sertão alegre: poesia e linguagem do sertão nordestino*. (1928). 2ª ed. Fortaleza. Imprensa Universitária do Ceará, 1965.

MOTA, Leonardo. *No tempo de Lampião*. (1931) 2ª ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1967.

OLIVEIRA, Xavier de. *Beatos e cangaceiros: História real, observação pessoal Sobre e impressão psicológica de alguns dos mais célebres cangaceiros do Nordeste*. Rio de Janeiro, 1920.

_____. *O Exército e o sertão*. Rio de Janeiro, 1932.

PINTO, Roquete. *O Exército e o sertão*. Resenha do livro homônimo de Xavier de Oliveira, In: *Boletim de Ariel*, 1932, p.60.

RAPOSO, Eduardo. *Seis versões e uma revolução: História oral da política paraibana (1889-1930)* – Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Masssanganana, 2006.

RABELO, Dácio de Lyra. *O Nordeste: Pernambuco centro e origem de toda civilização nordestina*. Recife: Imprensa Industrial, 1932.

TEJO, Aurélio de Limeira. *Brejos e Carrascais do Nordeste*. São Paulo, s/ed. 1937.